

ESTADO DE GOIÁS  
POLÍCIA MILITAR  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIVISÃO DE ENSINO

Abordagem ao Aspecto Político  
Social da Polícia Militar do  
Estado de Goiás

*Oficial-Aluno Sérgio Pereira Ruano*

MONOGRAFIA CTE - 94

Cotácia, GO / 1994

BAPM

2º TEN PMGO CÉLIO PEREIRA BUENO

ABORDAGEM AO ASPECTO POLÍTICO-SOCIAL DA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Trabalho técnico-profissional apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso Técnico de Ensino, realizado na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA - JUNHO DE 1994

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por guiar os meus passos, me protegendo.

À minha irmã, Eliane Pereira Bueno, pelo fundamental auxílio no desenvolvimento deste trabalho.

À toda minha família, que me incentivou e me fortaleceu nos momentos de fraquezas.

## "PENSAMENTO"

"Mas, senhores, os que madrugam no ler, convém madrugarem também no pensar.

Vulgar é o ler, raro o refletir. O saber não está na ciência alheia, que se absorve, mas, principalmente, nas idéias próprias, que se geram dos conhecimentos absorvidos, mediante a transmutação por que passam, no espírito que os assimila.

Um sabedor não é armário de sabedoria armazenada, mas transformador refletivo de aquisição dirigida."

Rui Barbosa

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	05
CAPÍTULO I	
1. Militarismo na Atualidade .....	07
2. Apologia ao Mártir das Polícias Militares .....	10
3. Referência Histórica às Polícias Militares do Brasil .....	13
CAPÍTULO II	
1. Observações a Alguns Fatores Básicos para o Melhoramento do Serviço Policial Militar .....	19
2. Redefinição da Honra Militar .....	22
3. As Novas Relações Públicas .....	26
CAPÍTULO III	
1. Estilo de Vida Militar .....	29
2. Motivações Profissionais .....	31
3. O Futuro da Profissão Policial Militar .....	34
CONCLUSÃO .....	38
BIBLIOGRAFIA .....	40

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho, que se fundamenta em alguns pontos importantes do aspecto político-social da Polícia Militar do Estado de Goiás, é, em um primeiro momento, através de uma linguagem clara e bastante direta, analisar algumas características contemporâneas da organização na tentativa de contribuir para o melhoramento da qualidade do serviço oferecido à população goianiense pela Polícia Militar do Estado de Goiás.

Foi levantado nesta pesquisa, desde referências históricas a declarações colhidas pelo autor junto a policiais militares desta Corporação, declarações que em certo ponto serviram para explicitar as várias linhas de pensamentos existentes, bem como assuntos que merecem ser analisados profundamente para que, futuramente, a Polícia Militar se aperfeiçoe cada vez mais.

Em um segundo instante, algumas observações críticas foram realizadas com o intuito de provocar uma reflexão, uma vez que o dinamismo das evoluções sociais cobra a todo momento que estejamos engajados na obrigatoriedade de nos mantermos atuali-

zados, abertos a mudanças e prontos a adotar posições que contribuam com o crescimento social.

O conteúdo deste trabalho traz, na sua maioria, idéias conceituais, tanto das pessoas consultadas, como do autor.

## CAPÍTULO I

### 1. Militarismo na Atualidade

No sentido etimológico da palavra, podemos definir militarismo como sendo a preponderância do elemento militar na vida política e administrativa de uma nação. No entanto, torna-se perceptível aos olhos de qualquer ser humano que acompanha a evolução das sociedades, que esse simples conceito se faz presente com bastante simplicidade, pois, não querendo exaltar o militarismo, com justiça, devemos reconhecer o seu valor no contexto histórico evolutivo da raça humana.

A palavra "*MILITARISMO*" comporta dois sentidos básicos: um, amplo, de caráter social, outro, estrito, que lhe realça o aspecto político.

No primeiro sentido, acentua-se a posição dominante das instituições militares e, dentro delas, do militar na estrutura social. O corpo de oficiais ocupa não apenas o primeiro lugar na ordem social, mas também, a primeira filha da elite, irradiando seu influxo sobre as demais categorias.

Já no segundo sentido, as atividades políticas se submetem aos objetivos e aos fins das corporações militares, normalmente sob o pressuposto de ditadura militar. Nessa acepção, o elemento militar, dedicando-se ao preparo e à condição de guerra, subordina o sistema político às suas tarefas. A guerra é a continuação da política por outros meios; a organização da guerra, extremando-se no militarismo, toma todo o campo da condução do Estado. Esta afirmação se concretiza quando, ao observarmos os registros históricos, constatamos que a Prússia (Alemanha), por volta do ano de 1.800, não era um país com um exército, mas sim, um exército com um país que lhe servia de quartel e de armazém de abastecimento.

Na atualidade, é certo que até as nações que possuem posições extremistas e radicais, quanto a regimes políticos, tendem a se curvarem diante do pressuposto que é inevitável: a ascensão do liberalismo e do representativismo. Isto se deve à exportação de experiências bem-sucedidas de países que adotaram um sistema constitucional e democrático. No entanto, é de extrema importância lembrarmos que se colocarmos o militarismo como "governo da nação pela espada" (representativamente explicitado nesta frase), em qualquer uma destas nações, as instituições militares estarão associadas à repressão e, fatalmente, direcionadas à ruína.

O termo "*MILITARISMO*", com suas conotações atuais, surge no decorrer do séc. XIX, na Europa, quando se começou a subordinar a guerra à política, ou seja, proliferava a idéia de que a guerra era a expressão ou manifestação da política, era um de seus instrumentos. Imediatamente avaliando esta associação, podemos concluir que se é o fator político que decide a guerra, o ponto de vista militar deve estar submetido ao ponto de vista político.

Fazendo uma abordagem recente sobre a participação do militarismo no contexto político, observamos a freqüência de intervenções militares ocorridas nas últimas décadas nos países da América Latina, Sudeste Asiático, Oriente Médio e África.

Quatro conjuntos de fatores destacam-se como motivos preponderantes para a intervenção do militarismo na política, a seguir:

- a) fatores sócio-econômicos;
- b) fatores políticos;
- c) fatores intrínsecos à própria instituição militar, e
- d) fatores externos.

Portanto, o desenvolvimento econômico, o processo de urbanização, a educação da massa e o crescimento dos meios de comunicação indicam uma propensão à diminuição da intervenção militar (exemplificado em países do primeiro mundo). Isto não significa, necessariamente, que o militarismo deve ser separado radicalmente da política, mesmo porque, seria impossível separá-los, mas nos mostra que a expressão "participar" e "intervir" ganham conotações bem distintas uma da outra, quando colocam o militarismo frente à política.

Cabe a nós compreendermos que é fundamental a participação do militarismo na política e na sociedade, para que haja uma interação dos partidos políticos, dos grupos sociais e das instituições governamentais, diminuindo, efetivamente, as intervenções militares.

Alguns autores sustentam que a intervenção militar é característica de uma "decadência política".

Concluindo, o militarismo, em seu sentido mais amplo, tem ocupado os diferentes especialistas das diversas áreas sociais. Deve-se salientar, em especial, o importante desenvolvimento da sociologia militar nos últimos anos. Embora esses estu-

dos sejam heterogêneos, o avanço na compreensão do militarismo tem sido considerável, tanto mais que teorias que antes ignoravam o militarismo, hoje não o fazem mais.

## 2. Apologia ao Mártir das Polícias Militares

É inevitável aprofundarmos neste tema, sem antes mencionarmos a importância de um antecessor nosso, que mesmo intencionalmente tornou-se a concretização da ideologia do policial militar. Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado de "Tiradentes", representa, sem dúvida, o modelo de comportamento e os ideais intrínsecos nas Polícias Militares.

Nascido em 1746, em dia e mês incertos, na Fazenda Pom-bal, entre São José (hoje Tiradentes) e São João Del Rei/MG, e morreu executado a 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro. Era filho de Domingos da Silva dos Santos, português, e de Antônia da Encarnação Xavier, brasileira.

Batizou-se a 12 de novembro de 1746. Aprendeu as primeiras letras com o irmão mais velho. Não teve estudos regulares, mas adquiriu razoável soma de conhecimentos. Em sua maturidade revelou interesse pelas idéias avançadas da época, em particular, pelas que inspiravam a independência dos E.U.A., cuja Constituição estudava atentamente.

Aos nove anos ficou órfão de mãe, e aos 11, de pai. Seu padrinho, que era cirurgião, acolheu-o e lhe ensinou noções práticas de medicina e odontologia, de onde lhe adveio o apelido.

Graças à sua habilidade e ao seu temperamento comunicativo, ligou-se a grande número de pessoas, cujo trato lhe permitiu inteirar-se dos problemas da Capitania, então vivendo sob o sigilo do ouro.

Sua projeção acentuou-se quando completou trinta e dois

anos e sentou praça no Regimento de Dragões das Minas Gerais, sendo, em 1781, nomeado pela Rainha Maria I, comandante da Patrulha do Caminho Novo.

Do posto de Alferes, entretanto, não saiu Tiradentes, que se queixava de haver sido preterido algumas vezes. Mas, de qualquer forma, era individualmente um elemento de confiança, tanto assim, que foi indicado, em julho de 1788, para chefiar a guarda da Viscondessa de Barbacena em sua viagem até Vila Rica.

Sonhador e idealista, era ao mesmo tempo um espírito prático. Muito eloquente, facilmente arrebatava-se ao discorrer sobre seus planos de emancipação da terra natal.

Durante a propaganda republicana, a imagem histórica de Tiradentes começou a ser recomposta como um paladino da liberdade.

Concomitantemente a outros fatores, foi escolhido para mártir das Polícias Militares, basicamente porque não lhe coubera instrução fora do comum, porém tornou-se sagaz, aprendendo que através de um olhar, aprende-se o valor e a extensão de uma idéia; era também possuidor de um coração bem formado, generoso, cheio de bondade. Sua ambição tinha os mais nobres fins; seu amor e veneração à pátria foi sem limites. Sua franqueza selvagem, sua indignação por toda vileza, seu anseio pela idéia que o possuía, eram tais que os vulgares apontavam-no louco, e os bem nascidos estimavam-no como herói.

A idéia de uma revolução libertadora, a exemplo da que havia sido feita na América do Norte, amadureceu no pensamento de Tiradentes à medida que tomava consciência da riqueza de sua terra e da exploração de que era vítima seu povo por parte da metrópole.

Pedindo licença no seu regimento, viajou para o Rio de Janeiro, a fim de auferir recursos para tornar realidade os seus

planos políticos.

A numerosas pessoas começou, então, já no Rio de Janeiro, a falar com ardor e sem cautela sobre seus planos. Nesses encontros, conheceu o Alferes vários militantes advindos da Europa e da América do Norte, que traziam bagagem cultural que, somadas às manifestações de Tiradentes, culminaram em sua prisão, que se estendeu por três anos.

Foi ouvido várias vezes e em todas elas declarou ser o único mentor da "conspiração", isso a fim de que fossem inocentados os demais companheiros de cárcere. E assim se conduziu o processo de condenação e execução de Tiradentes.

É chegada a hora da execução de Tiradentes, o Inconfidente, que em uma de suas declarações chegou a afirmar que dez vidas daria se as tivesse, para salvar as dos companheiros. Foi executado em forca erguida no Campo da Lampadosa (atual praça Tiradentes), no Rio de Janeiro. Seguiram-se ainda à execução vários manifestos de desrespeito para com o cadáver, pois fora esquartejado e os pedaços expostos em praça pública.

Não foi imediato, após a Independência, o reconhecimento do mérito de Tiradentes. Só em 1867 é que veio a ser-lhe erguido um monumento em Ouro Preto. Mais tarde, já sob a República, é que o vinte e um de abril foi declarado feriado nacional; e pela lei 4.897, de 9 de dezembro de 1965, ele, Joaquim José da Silva Xavier, foi proclamado Patrono Cívico da nação brasileira. Mérito este, indiscutível, pois fica claramente notável que se houvesse muitas pessoas imbuídas dessas valorosas características, certamente encontrar-nos-íamos muito mais evoluídos.

### 3. Referência Histórica às Polícias Militares do Brasil

Poderíamos concordar com a definição plena de simplicidade, que Aurélio de Holanda Ferreira nos dá ao se referir à "*POLÍCIA*". O verbete descreve polícia como: "Conjunto de leis ou regras impostas aos cidadãos, visando à moral, à ordem e à segurança pública. Corporação que engloba os órgãos e instituições incumbidas de fazer respeitá-las".

Porém, para melhor compreensão dos assuntos que virão a seguir, cabe ao autor deste trabalho aprofundar um pouco mais nesta definição, com o intuito de destrinchar o conceito, para fornecer uma concepção mais completa a respeito da definição da expressão "*POLÍCIA*".

Originado do latim "*POLITIA*", tem o significado de organização política, ordem pública, segurança pública.

Criada sob uma amplitude de princípios que possibilitam o cumprimento das leis e regulamentos dispostos para que as ordens públicas e jurídicas sejam mantidas e para que as atividades individuais se processem normalmente, garantidas e protegidas, segundo regras jurídicas estabelecidas.

O Estado, então, gera o poder de polícia, que por sua vez, tem a competência de manter a ordem pública, primordialmente regulando os direitos individuais, assegurando o equilíbrio social. O princípio básico utilizado para a manutenção deste equilíbrio, desde outras eras, advém de um ditado popular muito usado nos nossos dias, que preconiza o seguinte: "O seu direito vai até onde começa o meu".

Compreendido, então, se faz que polícia representa a própria ordem pública, enquanto o governo faz o papel de responsável pela manutenção da instituição em condições de desempenhar satisfatoriamente sua função.

A polícia também é caracterizada como uma instituição de defesa e de segurança que, que se obstina ao mesmo tempo a zelar pela proteção de bens públicos. No entanto, estas são apenas algumas funções mais destacadas desta instituição. Reconhecemos que o emprego das polícias se estende a várias outras atividades, advindas das necessidades e problemas que ao longo do tempo a sociedade apresenta.

Obedecendo a um caráter inicialmente preventivo, relativo ao comportamento criminalístico da sociedade, é bem verdade que a polícia assume, ao mesmo tempo, uma personalidade repressiva, ao combater males que não puderam ser evitados.

Como existem inúmeras variáveis na sociedade, faz-se necessária a divisão de classes na instituição, originando então várias corporações policiais, que têm campos de atuações relativamente distintos.

Os primeiros registros, inerentes à polícia no Brasil, relatam que a mesma era representada pelos donatários (senhores de capitanias hereditárias no Brasil Colonial), que se organizavam a mando da realeza, formando a força policial.

Sobretudo, mesmo sob a ideologia do rei, a polícia da época, que era composta pelos donatários, logo tinha caráter particular, atendendo primordialmente aos interesses dos seus componentes.

No transcorrer dos tempos, os donatários que detinham o poder de polícia foram substituídos pela classe dos fazendeiros e donos de grandes propriedades, que voltaram então o benefício oficializado da proteção aos seus domínios e criações, que se encontravam constantemente ameaçados por ladrões e bandidos de toda sorte.

Os grandes fazendeiros e donos de terras voltaram seus esforços em formar ao mesmo tempo, guarnições municipais denomi-

nadas de "QUADRILHEIROS", incumbidos de repreender o banditismo, recapturar os escravos fugitivos, entre outras atribuições.

Posteriormente, decorrente da evolução das comunidades, mas, prioritariamente, com a finalidade de resguardar a integridade do Império, pois eram constantes as revoluções separatistas, conceberam-se polícias estaduais, ao passo que as polícias municipais, na maioria, foram sucumbidas.

Com a emancipação das províncias, e conseqüentemente suas transformações em Estados Membros, através da Proclamação da República, as polícias estaduais criadas durante o período regencial foram transformadas em forças poderosas, com treinamentos militares e realmente detentoras da autonomia estadual. Essa brusca transformação deu-se pela necessidade de os Estados resguardarem seus interesses regionais.

Desde então, encontramos relatos das mais variadas participações da polícia nos acontecimentos históricos, tais como nas revoluções, inquietações populares, incorporação às mais diversas inquietações. Exemplificando-se essa afirmação, temos a participação policial na Revolução de 1964, em que ocupou posição de destaque.

Com o crescimento populacional e o êxodo rural, causando aparecimento de grandes centros, tendo como consequência o sensível aumento da criminalidade, houve a necessidade, ainda vigente, de aumentar o quantitativo de homens na polícia militar, para combater tal criminalidade.

Como as Polícias Militares possuem várias e diferentes funções, ou seja, policiamentos distintos, há então a necessidade de divisão em área de atuação e em especialidades. Não distante da atualidade, os policiais são submetidos a tarefas adversas de suas competências, devido ao desfalque de efetivo em outras áreas, tomando como exemplo os casos em que o policial é

Estado de Goiás  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
BIBLIOTECA

16

nomeado delegado de pequenas cidades do interior.

No Estado de Goiás, somente no governo do Dr. Camilo Augusto Maria de Brito, foi que deram execução à Lei No 13, de 28 de julho de 1858, com a Resolução Provincial No 520, de 10 de julho de 1884, organizando a Força Policial do Estado, constituída inicialmente de um Capitão-Comandante, um 1o. Tenente, dois Alferes (2o. Tenente), um 1o. Sargento, dois 2o. Sargentos, um Furriel, oito Cabos, dois corneteiros e cem Soldados.

O primeiro comandante foi o Capitão João Fleuri Alves de Amorim, o qual teve como subalterno o Tenente João Pereira de Abreu, Alferes Achilles Cardoso de Almeida e Antônio Xavier Nunes da Silva.

O serviço policial, que era função do Exército, passou, após o advento da República, a ser desempenhado pela Força Policial.

Já não se denominava então os homens que prestavam o serviço policial, de "*Bate-paus*", devido à profissionalização dos mesmos e da modesta organização que se iniciara na Corporação.

Nesse período entrava-se na Força Policial através da obrigatoriedade estendida aos jovens, sendo que os voluntários serviam por quatro anos e os sorteados, entre os demais, serviam seis anos.

Ao decorrer dos anos, várias mudanças ocorreram na Corporação, novas funções foram criadas, bem como benefícios cedidos aos componentes da Força Policial.

Foi firmado um acordo entre a União e o Estado, por volta de 1919/1920, que passaria a Força Policial à categoria de Corporação Militarizada, e, daí em diante, equipou-se a organização com armamentos antes usados apenas pelo Exército, além do que radicalizou-se o militarismo na Corporação.

Em 1932, incorporou-se a Força Policial ao Exército Nacional e, sob o comando do General Manoel Rabelo, este em operações de guerra em Mato Grosso e em outras situações.

Em 31 de dezembro de 1932, a Corporação recebeu a denominação de "Força Pública". Já em 14 de novembro de 1951, especificou-se que o comandante da Corporação seria um oficial superior ou um capitão da ativa do Exército, ou um oficial superior da própria Corporação.

Criada em 1934, a Caixa Beneficente da "Polícia Militar", assegurou a seus associados o direito à assistência judiciária, empréstimos, assistência médica e odontológica, pecúlio, pensões e outras garantias e benefícios.

Em 1958, foi baixado pelo Presidente da Província, o primeiro regulamento da Corporação, que regulava o uniforme, os delitos e penas, e procederes do policial. Tal regulamento esteve sujeito a várias complementações e mudanças.

Em 1967, a já Polícia Militar apresentava-se com sedes em vários pontos do Estado, tais como: na capital, (Comando Geral, Departamento de Instrução), 1o. BPM (Batalhão Anhanguera), 4o. BPM, Corpo de Bombeiros, Corpo de Serviços Gerais. Na cidade de Rio Verde, 2o. BPM (Batalhão Gama Cerqueira). Na cidade de Araguaína, 3o. BPM (Batalhão Tocantins). Na cidade de Formosa, 3a. CIPM. Na cidade de Goiás, 1a. CIPM (Cia Araguaia). Na cidade de Itumbiara, 2a. CIPM. Na cidade de Ceres, 4a. CIPM. Na cidade de Gurupi, 5a. CIPM.

O poderio bélico da Polícia Militar era cedido pelo Exército, que colocava à disposição da Corporação, fuzis, metralhadoras, revólveres e munições. O Governador tinha também a competência de armar a Corporação.

Imbuída sempre de uma personalidade própria, a Polícia Militar do Estado de Goiás participou de vários movimentos e

---

missões honrosas, sempre logradas de êxito, durante os seus 136 anos de obstinação em manter a ordem pública.

Pode-se destacar a fundamental importância da participação da Polícia Militar na Revolução de 1964, onde a corporação ocupou papel de destaque, ao combater e dissolver grupos anti-revolucionários que afluíam no Estado.

---

## CAPÍTULO II

### 1. Observações a Alguns Fatores Básicos para o Melhora- mento do Serviço Policial Militar

Quem é o policial militar?

Ou melhor, que tipo de pessoas formam a Polícia Militar?

É certo que a organização policial militar tem como tarefa manter a ordem pública e, para tal, obrigatoriamente a organização precisa ser formada por indivíduos íntegros e possuidores de um caráter irrepreensível.

Bom, a finalidade principal da Polícia Militar é exatamente esta, mas o perfil do policial difere em alguns casos, em muito, ao descrito anteriormente.

Esse fato é perfeitamente compreensível, pois os componentes da organização policial militar nada mais são do que integrantes da sociedade, estando sujeitos a todas as interferências que moldam a personalidade de uma pessoa.

Ora, há de se levar em consideração, ainda, a simplicidade dessa situação, mediante a afirmação de que, se a sociedade

fosse completamente perfeita, não haveria a necessidade da existência dos policiais militares.

Em situação alguma devemos crer que pela nobreza da função, um órgão, instituição ou comissão seja formado exclusivamente de pessoas condizentes ao padrão de conduta moral apropriado para o desempenho daquela função.

Mas para que se chegue mais próximo de um quadro de pessoas mais qualificadas e mais comprometidas com o fiel cumprimento das atividades propostas, algumas observações relacionadas à parte administrativa podem vir a contribuir.

Uma questão preponderante para o sucesso de um "grupo", é o processo de seleção de seus componentes.

Quando se valoriza extremamente a quantidade, a parte qualitativa fica prejudicada, ao passo que, sendo valorizada a qualidade, o sistema grupal de qualquer empresa se torna mais fluente.

Então, torna-se óbvio de que se aumentar o rigor no processo seletivo das Polícias Militares, a sua eficácia será ainda maior. A rigorização do processo seletivo não quer dizer necessariamente a dificultação extrema dos meios de seleção. Haja vista que cada indivíduo é acompanhado por uma história de vida própria, cabe a cada órgão aumentar, sim, o rigor seletivo naqueles testes ou provas, que comprovam se o candidato tem princípios e características que se adequem à função que irá exercer.

O que ocorre hoje, na maioria das empresas, com relação à seleção de seus componentes, é um aglomerado de testes (em grande parte ultrapassados), que medem apenas o aspecto cognitivo dos candidatos.

Os testes aplicados para a avaliação dos aspectos psicomotores e emotivos, aspectos estes responsáveis pela adequação

da pessoa à função, quando não são inadequados, apenas aparecem em segundo plano.

Uma completa identificação de um soldado, por exemplo, com o serviço que executa, está diretamente ligada com a qualidade deste serviço. Quando esta identificação não ocorre, fica comprovada a ineficácia do processo avaliativo, além do que o indivíduo em pauta, naquela função, será um profissional desinteressado.

Outro fator que traz sérios prejuízos ao desempenho do serviço policial militar é a aviltante má remuneração recebida pela classe. Evidentemente o reforço financeiro é uma compensação fundamental para uma boa qualidade no serviço.

Hoje podemos constatar que grande parte do efetivo da Polícia Militar, devido ao baixo salário, se vê obrigada a procurar uma renda simultânea ao vencimento que recebe da Corporação. Este fato desencadeia um efeito desastroso no que tange ao desempenho da função policial militar. À medida em que o policial precisa dividir o seu tempo entre dois ou mais empregos, com certeza a dedicação do mesmo à Polícia Militar, diminuirá.

Essa situação é real e alarmante, pois basta que perguntemos a um policial se ele supre as suas necessidades básicas com o seu vencimento, ou então, se mediante a atual situação, ele se esforçaria, sacrificando-se para contribuir para a melhoria da qualidade do serviço, veremos então a seriedade do problema. Além do que a profissão policial militar requer uma dedicação quase que exclusiva.

Ainda que a remuneração financeira não seja o principal fator para se melhorar a qualidade do serviço, não se pode dissociá-la ao problema.

Merece também ser destacado como fator que desqualifica o serviço policial militar, a falta de motivação no desenvolvi-

mento profissional do policial.

Mais do que a parte financeira, ao ascender no quadro promocional, o policial militar aspira alcançar maior "status". Dessa forma, é proeminente que o policial, ao galgar os degraus que o levam à promoção, ou mesmo à especialização em uma determinada área, lhe seja concedida a função correspondente, ou seja, que se valorize a sua nova posição na Corporação.

Por fatores adversos, há uma certa dificultação, ou mesmo desmotivação à freqüência e à regularidade nos cursos existentes que, por conseqüência, diminuem o grau de profissionalismo do policial militar.

Basicamente o que mais acomete a qualidade do serviço policial militar, são os fatores anteriormente citados. No entanto, não são os únicos, existindo uma gama enorme de problemas ligados ao descaso pelo trabalho.

Deve-se então, como medida cauterizadora desta situação, considerar o policial militar como um elemento comum, oriundo de um meio comum, que tem qualidades, características próprias e falhas como os demais, e não como um super-herói, alheio aos problemas de todas as ordens, que se fazem presentes na vida de qualquer pessoa.

## **2. Redefinição de Honra Militar**

O comportamento profissional das Forças Armadas e das Polícias Militares, têm profundos efeitos políticos. Esse comportamento tem a sua razão de ser, devido a estas organizações estarem sob uma explícita ideologia política.

Torna-se notório aos mais observadores que, mediante este fato, a facção que comanda as corporações é possuidora de uma preocupação contínua com os propósitos políticos de estabeleci-

mento militar, que tem na "honra" o fundamento de seu sistema ideológico.

A honra militar é tanto um meio quanto um fim. O código de honra especifica como o policial (militar) deve conduzir-se, mas ser "honrado" é um objetivo a ser alcançado por questão de propriedade.

Quando a honra militar é eficiente, seu poder de coerção é considerável, porquanto aponta com persistência para uma única diretriz suprema: "o soldado sempre luta, mantendo sua honra". Esta frase encaixa-se perfeitamente à realidade policial militar dos nossos dias, onde vários fatores internos e externos aliam-se e minam os pilares sustentadores da instituição. Cabe, então, a cada componente da força, manter-se honrado, para que o conjunto seja dignificado, podendo desempenhar sua função com esplendor.

Atualmente podemos observar a contínua degradação de valores, o cepticismo imperante e a desvalorização humana, ao passo que se torna bastante dogmática a exaltação da honra pelos militares. Mas é perfeitamente explicável este fato, pois a honra militar é eficaz precisamente por não depender de uma elaborada justificativa moralista.

Sem dúvida, a honra militar atende a uma ampla diversidade de motivos pessoais e sociais. Para alguns, é uma racionalização da inércia; a outros, permite agir além de sua capacidade pessoal. Contudo, a profissão, no fato de suas realizações, é o resultado de um punhado de homens.

Por princípio, toda a profissão militar está obrigada à honra. Supõe-se que a honra assegure as características peculiares dos militares e sua lealdade para com a carreira. É claro que sua presença é de fundamental importância, e vem ao longo do tempo sendo minada através do alargamento da base social de re-

crutamento, atingindo cada vez mais classes sociais sem tradições militares.

Outro fator preponderante à degradação da honra, no meio militar, é a desmotivação à carreira, cada vez mais assinalada nos diversos níveis de hierarquia.

O próprio conceito de honra militar se vê submetido a uma intensa pressão pelos valores da sociedade contemporânea, e as próprias corporações militares empenham-se em autocríticas, motivadas pela crise financeira em que se encontram.

Esse fator financeiro, sem dúvida, faz com que tanto a classe subalterna das corporações militares, como casos isolados ou pequenos grupos, pertencentes à cúpula do comando, voltem-se contra seus princípios profissionais, causando profundas sequelas na estrutura ideológica da Corporação.

No entanto, percebe-se logo que o amor ao dinheiro não é a mola propulsora da atividade militar, caso contrário, essa profissão milenar não se apresentaria tão solidificada neste instante.

No esquema atual, são quatro os componentes originais da honra militar que ainda vigoram:

- a) Conduta aristocrática.
- b) Fidelidade pessoal.
- c) Fraternidade autônoma.
- d) Busca da glória.

A tensão imposta à honra militar teve um impacto negativo na auto-estima de líderes militares. Toda profissão atribui a si própria uma importância maior do que os estranhos estão dispostos a conceder-lhe, e todo grupo de liderança faz de si uma imagem feita pelo público. Entretanto, a "crise" da profissão militar é tanto de auto-estima e auto-imagem, quanto de organização e objetividade.

Numa sociedade democrática, é totalmente impróprio que a honra seja o único, ou mesmo o mais importante, valor dos militares profissionais. Convém que ela seja combinada e condicionada ao prestígio público e ao reconhecimento popular. Aos militares, devem ser concedidos suficiente prestígio e respeito que, garantam um sentimento de auto-estima.

Uma amostra feita em 1970, nos Estados Unidos, revela a degeneração de valores profissionais inerentes ao militar. Em ordem de importância, foram classificadas as seguintes profissões:

- 1º. Médico
- 2º. Cientista
- 3º. Professor universitário
- 4º. Advogado
- 5º. Ministro ou Sacerdote
- 6º. Professor público
- 7º. Administradores de fazendas
- 8º. Oficial das Forças Armadas
- 9º. Carpinteiro
- 10º. Carteiro
- 11º. Contador
- 12º. Bombeiro hidráulico
- 13º. Locutor de rádio ou televisão
- 14º. Lojistas
- 15º. Mecânicos de automóveis
- 16º. Soldado das Forças Armadas
- 17º. Motorista de caminhão

As diversas profissões catalogadas e dispostas em ordem de importância (conforme opinião pública), nos mostra perfeitamente o descaso que a população demonstra com relação ao militarismo e que se estende aos policiais militares. Nessa comparação

de valores, fica claro que a segurança não ocupa o seu lugar de direito, ou seja, a própria comunidade, de certa forma, retira a segurança do rol de suas prioridades.

No contexto geral, as atividades e metas comerciais são tidas em alto conceito, pois geram lucros e dinamizam as comunidades. Já os estabelecimentos militares, são "improdutivos", no sentido de que não produzem algo que possa ser vendido no mercado. Talvez seja essa a razão mais expressiva para a desvalorização do militarismo perante a sociedade.

### 3. As Novas Relações Públicas

Apesar da oposição de algumas facções sociais, as instituições militares têm conseguido criar e manter extensas as relações públicas.

As atividades até certo ponto confidenciais e as constantes operações realizadas pelos militares os tornam contínuas fontes de interesses para a imprensa.

Conquanto em sua maior parte o conteúdo dos meios de comunicação em massa sejam interesses humanos ou divulgação científica, as atividades de grupos militares de pressão são facilitadas, na política interna, pela difusão de suas atividades de informação pública.

Houve época em que líderes militares mantiveram uma firme tradição de hostilidade contra a imprensa, devido à aversão pela contradição. Consideravam jornalistas como fontes particulares detestáveis de crítica pública.

Esse conceito discriminatório mudou totalmente, ao perceber que a imprensa, ao invés de difamar as corporações militares, poderia conduzi-las ao mais alto grau de estima perante a opinião pública. Notou-se nesse instante que tinha que se manter

uma relação harmoniosa com a imprensa.

Ao exemplificar o parágrafo anterior, podemos analisar a importância da propaganda exposta nos meios de comunicação, em ocasiões em que as corporações militares buscam voluntários para as suas fileiras.

As campanhas de relações públicas dos militares são organizadas de modo a utilizar os meios nacionais de comunicação em massa e atingir os chamados "líderes de opinião", através do contato direto.

Particularmente, vemos como um desestímulo às boas relações públicas das corporações militares a posição de alguns comandantes, ao proibirem seus subordinados de se manifestarem publicamente a respeito de alguns assuntos. É claro que isso ocorria intensamente no passado, ficando apenas alguns representantes remanescentes desta filosofia.

A restrição quanto ao número de porta-vozes oficiais - se podemos assim classificá-los - distancia os militares dos demais e, ao mesmo tempo, excetua ao subordinado o direito de expressão.

Partindo do princípio que se faz necessária a presença do "militarismo" nos meios de comunicação, para conseqüentemente se manter uma boa imagem, e, sabedores de que declarações públicas sobre doutrina militar não geram manchetes, os líderes militares tendem a expor os seus poderios bélicos e as tropas, garantindo, assim, espaço na imprensa.

Torna-se difícil estabelecer comparações significativas entre os esforços de relações públicas militares e os da indústria privada. Tomando-se como base o numerário despendido ou o número de pessoas envolvidas, não é possível que as atividades do complexo militar sejam maiores. Grande parte do trabalho de informação pública das Forças Armadas envolve rotinas de criti-

car material para a segurança militar.

Pode-se, porém, estimar que, em média, o pessoal de relações públicas das Forças Armadas produz mais material para jornais, rádio e televisão, que seus colegas de empresas particulares.

As relações públicas profissionais exigem um equilíbrio entre apelos de massa e esforços para atingir líderes de opinião.

Contribui ainda para a boa ampliação das novas relações públicas, a conversão de todo o pessoal das instituições militares em porta-vozes informais, pois os administradores militares estão cientes de que o comportamento e as maneiras dos militares constituem a raiz das imagens públicas dos serviços.

Nota-se que o público civil baseia suas atitudes, com relação ao serviço militar e à profissão de militar, em relatos de pessoas que estiveram nas Forças Armadas e polícias militares, do que em qualquer outra fonte de informação.

As táticas de relação pública interpessoal e "face a face", nas organizações militares não são de modo algum diferentes das de qualquer empresa industrial, e são auxiliadas e realçadas pela preocupação dos militares com o protocolo e as boas maneiras. As inspeções públicas às instalações militares são acontecimentos regulares e rotineiros que visam familiarizar o indivíduo com o militarismo.

Mediante o fornecimento destas idéias, inerentes à relação pública militar, fica confirmada a importância de um programa de divulgação do cotidiano militar, direcionado à população em geral, tendo como objetivos a manutenção da boa imagem das corporações militares e a manipulação ou modificação dos comportamentos populares.

---

## CAPÍTULO III

### 1. Estilo de Vida Militar

A profissão militar é mais do que uma ocupação, é toda um estilo de vida.

O policial militar faz parte de uma comunidade cujas exigências sobre suas existências diárias transcendem seus deveres.

Com efeito, qualquer profissão que realiza uma tarefa de vida ou morte, como a medicina, o ministério ou a polícia, cria essas exigências.

A extrema violência de nossos dias tem exigido que o policial militar esteja preparado para abandonar sua rotina e seus compromissos pessoais, de um momento para outro. Isto é óbvio e prosaico. Contudo, um pouco menos explícito, é o fato de que qualquer profissão que se preocupe continuamente com a ameaça de perigo, requer um forte senso de solidariedade para que possa funcionar com eficiência.

A regulação minuciosa do estilo de vida do policial militar tem o fim de realçar a coesão grupal, a lealdade profissional e manter o espírito marcial.

Em boa medida, a doutrina militar tem sido eficiente devido à comunidade relativamente fechada em que os policiais militares têm vivido.

As normas tradicionais de comportamento social persistem na comunidade militar para guiar o estilo de vida do policial militar. Contudo, tendo estas normas enfraquecido com o passar dos anos, torna-se necessário investigar as conseqüências da hipótese de que o militar mudou seu estilo de vida, de um grupo relativamente isolado, congregado sobretudo em sua própria comunidade, para uma profissão com contatos elaborados com a sociedade civil.

Naturalmente novos modelos de integração social são essenciais para os novos papéis que os administradores militares devem atualmente desempenhar. Mas o rompimento do isolamento social da comunidade militar, impõe uma tensão no protocolo militar, ao manter o estilo de vida dos militares.

Numa organização tão complexa e vasta como a instituição militar, o elaborado protocolo contribui para reduzir atritos administrativos. Logo, de que modo o protocolo e as maneiras se-  
nhoriais operam em face à ampliação de contatos civis?

Numa sociedade de livre iniciativa, a profissão militar não pode competir com o setor privado, em remuneração monetária para os membros de sua elite. Os compromissos com a profissão, portanto, dependem da persistência de um estilo de vida e de uma crença na superioridade, ou pelo menos no valor daquele estilo de vida.

Se o estilo de vida militar contribui para produzir uma comunidade internamente coesa, ele impede, simultaneamente, a

integração social com a sociedade civil. A despeito de seu crescente tamanho e de suas complexas alianças organizacionais com outros grupos de lideranças civis, a profissão militar e sua elite não se encontram efetivamente integrados, socialmente, com outros grupos de liderança.

Enfim, o estilo de vida de um militar é notavelmente diferenciado do estilo de vida de um civil. Seja pela posição ideológica, política, ou várias outras posturas contrárias. Entretanto, ao observarmos com uma visão mais realista, é evidente que tanto a classe civil, como a militar, assumem determinada postura, de acordo com suas condições financeiras. Não que o fator econômico seja isoladamente o responsável pela adoção de um caráter "X" ou "Y"; ora, são perfeitamente compreensíveis os desníveis de comportamento grupal entre classes distintas.

## 2. Motivações Profissionais

Hoje em dia, para que alguém escolha uma profissão, faz-se necessário analisar criteriosamente alguns aspectos.

Quando perguntamos a uma pessoa se ela realmente gosta do que faz, ou se está satisfeita com seu salário, ou ainda se teve escolha para optar entre várias outras profissões, raramente recebemos como resposta uma afirmação.

Na verdade, o estado de insatisfação, em que grande parte da população se acha, relaciona-se com a profissão que exerce, o que decorre de vários fatores sociais, que aos olhos dos mais desatentos, não se manifestam.

Ora, é claro que são negadas mais oportunidades às classes mais baixas. Não por serem, de fato, mais desqualificadas, mas porque as camadas superiores da população, ou seja, os mais providos de recursos financeiros estão, se não no poder, ligados

diretamente a ele, através de "conchavos".

Há, também, o fator econômico. Determinadas pessoas, por decorrência de serem oriundas de famílias pobres, sempre freqüentaram colégios públicos, ou então nem os freqüentaram. Tal situação os desfavorecem, pois os abastados financeiramente puderam freqüentar os melhores colégios, preparando-se bem melhor para a competitividade do mercado de trabalho.

Logo, chega-se à conclusão de que as diversas profissões já possuem candidatos característicos.

Fora estes aspectos, manifestam-se outros fatores que desempenham um papel fundamental na escolha de uma profissão, alguns dos quais são citados a seguir:

a) *Identificação pessoal:*

Todas as pessoas têm dúvidas do que poderiam ter sido ou o que podem vir a ser. Mas, ao mesmo tempo, todas elas sabem afirmar de forma precisa o que não poderiam ser. Não por fatores como dinheiro ou oportunidades, mas por incompatibilidade com tal profissão.

b) *Recompensa financeira:*

Não procede que uma pessoa se dê ao desempenho de uma profissão, se a mesma não o remunerar de acordo com suas necessidades mínimas.

c) *Competência profissional:*

As várias profissões do campo de trabalho exigem um piso com relação à competência das pessoas que as exercem.

Nesta ordem de importância, ficam explicitados alguns fatores condicionantes à escolha de uma profissão.

As pessoas que se voltam à carreira policial militar, mais do que recompensa financeira, buscam uma identificação pessoal.

Dessa forma, a escolha desta profissão é comprovadamente

baseada na ideologia individual. Sendo que aqueles que se fazem policiais com o intuito de acumular riquezas, não perduram por muito tempo na Corporação. Não somente pelo fato de não ser uma profissão extremamente bem remunerada, mas principalmente pela razão da incompatibilidade com a função.

Em geral, o policial militar é imbuído de um espírito devotado à função que exerce.

O policial militar encara a sua carreira não apenas como um simples emprego, mas sim, um desempenho de uma missão especial.

É claro que também a carreira policial militar está englobada no contexto seletivo das profissões (oportunidade, personalidade e fatores sociais), mas uma vez policial militar, o indivíduo fica marcado pelas diversas características da profissão.

É comum aquela situação em que o policial militar pede sua "baixa" das fileiras da Corporação e quase que instantaneamente tenta reincluir-se. Será que este indivíduo quer voltar simplesmente pela estabilidade que a polícia lhe proporcionava?

Ingênuos seríamos se assim acreditássemos.

O meio em que vive o policial militar, no desempenho de suas funções, em muito se difere do ambiente de uma empresa particular, por exemplo. Um fator preponderante dessa diferenciação é a motivação dada pela relação harmoniosa entre os policiais. Através da disciplina e da consideração profissional, características do meio policial militar, fica estabelecido um bom relacionamento.

Outra motivação importantíssima na profissão do policial militar, é a perspectiva de estar relativamente seguro e protegido, sujeito a uma ascensão profissional.

Estes quesitos são questionáveis por muitos, à medida

que a Corporação passa por maus períodos e delicados momentos (financeiros).

Ainda podemos citar como fator motivador da escolha pela carreira policial militar, a herança social.

É certo afirmar que todos nós desenvolvemos as nossas vocações através de influências. É o caso, por exemplo, de uma criança que fica empolgada com as histórias que o pai - policial - lhe conta, e que, no decorrer de seu crescimento, desperta sua vontade de ser um policial, como o pai.

Neste caso, nem sempre se consagra a verdadeira vocação da pessoa ao exercício da profissão.

Entretanto, qualquer uma dessas motivações (recompensa financeira, herança social, etc.) pode ter um significado ambíguo. Cada pessoa pode ter seguido uma carreira que julgava desejar ardentemente e que seguira com fervor, ou no sentido de que ingressara numa carreira que era uma entre muitas que poderia escolher, e que a selecionara sem uma decisão consciente proposital.

Com relação à carreira policial militar, entende-se que há de ser uma opção firme, que quanto mais forte a motivação, maiores são as possibilidades da pessoa se sobressair, e que a ascensão profissional está comprometida com aquele que está realmente ligado aos princípios e finalidades da Corporação.

### 3. O Futuro da Profissão Policial Militar

Como sempre foi, a profissão militar está num equilíbrio entre o contexto ideológico e a recompensa financeira; embora muitos, inclusive a maioria do corpo policial militar, coloquem cada vez mais a questão financeira como sendo a única motivação ao exercício da profissão.

A curto prazo, a profissão policial militar, como as outras carreiras de serviço público, torna-se cada vez mais eficiente, à medida que os salários são elevados. No entanto, ainda é questão aberta se uma democracia política deve manter uma força policial motivada puramente por incentivo financeiro.

A longo prazo é duvidoso que o estabelecimento militar, ao contrário de outros serviços públicos, pudesse manter sua eficiência organizacional pela mera elevação das recompensas monetárias e por uma equiparação das condições de trabalho às existentes nas empresas civis, embora este último fator desempenhe um papel fundamental no contentamento miliciano, haja vista a importância do equilíbrio e dos direitos que deveria existir entre as profissões.

As recompensas monetárias podem ter ótimo efeito para aqueles policiais militares que não observam a sua função através de critérios técnicos.

Mesmo que os salários se tornassem verdadeiramente competitivos, o sistema de incentivos não produziria, indubitavelmente, as necessárias perspectivas e compromissos profissionais.

Os homens podem ser motivados pelo dinheiro a desempenhar tarefas perigosas ou enfadonhas, mas o resultado seria o enfraquecimento das essenciais tradições heróicas.

Numa sociedade de iniciativa privada, a instituição policial militar não seria capaz de conservar seus talentos mais criadores sem a força apaixonante das tradições, das identificações profissionais e da honra.

Associado a estes fatos, fica clara a preponderância ideológica frente a todos os outros fatores que concorrem para a perpetuação da profissão.

Ainda que a revolução tecnológica, social e política afrente o nosso cotidiano, relutam ainda as raízes desta profis-

são, ou seja, o policial militar, acima das adversidades, propõe-se a trilhar fielmente os propósitos iniciais da Corporação. Cabe ao militarismo ocupar o papel de sustentáculo desta situação.

Vários são os fatores que, neste momento, aproximam o policial militar da população civil, que notoriamente faz com que esta aproximação seja mais intensa hoje do que no passado. Mas a conclusão preponderante aponta o oposto, ou seja, a instituição militar possui um meio ambiente especial porque somente a ele cabe a responsabilidade organizacional de preparar e manter a tranqüilidade social.

A tendência a longo prazo tem sido o abandono da autoridade policial militar quanto à atuação junto à sociedade.

Todavia, seja no ambiente interno, ou no externo, para que seja representativo o papel policial, não se podem desconsiderar os princípios organizacionais da instituição. Devem-se, entretanto, acompanhar as mudanças evolutivas da sociedade, mas observando-se os princípios militares.

Em conseqüência deste fator, a profissão policial militar fica vulnerável à rigidez organizacional, ao cerimonialismo e à superprofissionalização. Fatores estes que garantem o contínuo sucesso desta profissão.

Embora possa recorrer às experiências de outras organizações, a instituição policial militar deve encontrar seu próprio equilíbrio de autoridade.

É possível a admissão de uma "autoridade fraterna" pela Polícia Militar, como tentativa de uma maior eficiência administrativa e efetividade profissional.

Neste modelo, acredita-se na igualdade admitida dos que não são hierarquicamente iguais, ao passo que permitiria a iniciativa e a criatividade dentro de uma estrutura de comando hie-

rárquico.

Essa autoridade "fraterna" se caracterizaria por dois elementos:

- a) Em primeiro lugar, os papéis subordinadores e subordinados formais, com pouca ou nenhuma tentativa de ocultar os fatos de poder e autoridade.
- b) Em segundo lugar, dos níveis mais elevados aos mais inferiores, a capacidade técnica e interpessoal, mais a lealdade grupal, qualificam o pessoal subordinado a uma participação efetiva, posto que incentivaria o processo de tomada de decisões.

O ser humano não pode atuar com eficiência ao encontrar-se sob as pressões de autoridades conflitantes. Por conseguinte, a Polícia Militar deve funcionar como um todo, integrado sob um comando unificado. Para isso logicamente se faz necessário que este comando emane das aspirações da classe.

Contribuí ainda para o sucesso e a sobrevivência da profissão policial militar, a elevação do nível intelectual, principalmente nas camadas básicas da Corporação.

Existem dois padrões isolados quando nos referimos ao intelecto dentro da instituição.

Em primeiro lugar, nota-se o policial intelectual, que é o militar que acrescenta ao seu trabalho uma dimensão mais voltada ao intelecto.

Tal qualidade acaba, geralmente, sendo reprimida pelas necessidades da profissão.

Em segundo plano, concorre o intelectual militar, que é um tipo inteiramente diferente.

Embora seja um policial militar profissional, ele se liga e se identifica fundamentalmente com intelectuais e com atividades relativamente intelectuais.

Estado de Goiás  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
BIBLIOTECA

## CONCLUSÃO

Ao escolher este tema "Abordagem ao aspecto político-social da Polícia Militar do Estado de Goiás", me propus a fazer um levantamento que revelasse alguns pontos da personalidade da Corporação e de seus integrantes.

Ao iniciar este levantamento, deparei-me com a necessidade de exploração do assunto partindo do princípio de que a Polícia Militar, antes de tudo, é um órgão governamental, regido pelo militarismo.

Assim sendo, fez-se presente a importância de abordarmos o lado militar do órgão, tanto no passado como no presente.

No passado, aqui se registraram breves comentários quanto à origem do militarismo. Já no presente, tornou-se obrigatório mencionar as novas relações e posições que as forças militares desenvolvem paralelamente com a política e com a sociedade.

De maneira bastante concisa, foram expostos alguns dados colhidos de opiniões de policiais militares que concorrem para um melhoramento do serviço policial militar.

Dentre as opiniões colhidas, coincidiram mais vezes as

seguintes:

- a) Aumento no rigor da seleção (no que diz respeito à vocação do candidato).
- b) Melhoria de salários.
- c) Facilitação ao ingresso de policiais militares em cursos de promoção e de especialização.
- d) Valorização do profissional.

Ao se analisar a Polícia Militar do passado e a do presente, constata-se que a expressão "honra militar" desempenha um papel de relevante destaque em toda a existência da Corporação.

Não seria possível manter a dignidade que ora gozamos, sem sermos possuidores da honra militar; tal característica diferencia-nos das demais profissões.

A diferenciação da classe policial militar em relação às demais camadas sociais (classes), não param nesse nível. Toda uma história de vida, conceitos, ideais e outros fatores e motivações, determinam um perfil específico ao policial militar. Essa postura própria do profissional tem uma participação fundamental no desempenho de sua função à altura e, principalmente, na garantia de um futuro promissor da organização.

---

## BIBLIOGRAFIA

DICIONARIO Brasileiro da Língua Portuguesa. Encyclopaedia Britânica do Brasil Publicações LTDA. São Paulo, 1988.

ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. Encyclopaedia Britânica do Brasil Publicações LTDA. São Paulo, 1988, p. 10926/10927.

JANOUITZ, Morris. O Soldado Profissional (Um Estudo Social e Político). 2ª. Ed. E.U.A. Editora GRD, 1986.